

**UNIOESTE**  
**Universidade Estadual do Oeste do Paraná**

Processo Seletivo para Ocupação de Vagas Remanescentes nos Cursos de Graduação

— **PROVOU 2015** —

Candidato:	<b>inscrição - nome do candidato</b>		
Opção:	<b>código - nome / turno - cidade</b>		
Local de Prova:	<b>nome do local de prova</b>		
Cidade de Prova:	<b>município de prova</b>		
Sala de Prova:	<b>sala</b>	Carteira de Prova:	<b>número</b>

**OBSERVAÇÕES IMPORTANTES:**

**1. PROVAS:** Este caderno contém a prova de conhecimentos gerais do PROVOU 2015, referente ao curso de **Direito**, do *campus* de Foz do Iguaçu, 3º ano, sendo constituída de 20 questões. Cada questão tem cinco alternativas, das quais somente uma está correta.

**2. CARTÃO DE RESPOSTAS:** A partir das **14:00** horas, você receberá o cartão de respostas personalizado com seu nome e número de inscrição. Verifique se estão corretos o nome e o número de inscrição. Se esses dados estiverem corretos, assine o cartão. Caso haja algum erro, notifique imediatamente o erro ao fiscal. Em seguida, leia as instruções para o correto preenchimento das respostas.

**3. PREENCHIMENTO DO CARTÃO DE RESPOSTAS:** Somente uma alternativa pode ser assinalada. Será anulada a questão sem alternativa assinalada ou com duas ou mais alternativas assinaladas. Para preencher, é necessário utilizar a caneta de tinta preta fornecida pelos fiscais, sendo vedado o uso de qualquer outro tipo de caneta.

**4. PERMANÊNCIA NA SALA:** É vedado sair da sala de provas antes das **15:00** horas, sob pena de desclassificação. O término da prova é às **17:00** horas, impreterivelmente, sob pena de desclassificação. Não há previsão de horário extra para o preenchimento do cartão de respostas.

**5. ENTREGA DO MATERIAL E GABARITO:** Ao retirar-se da sala, você deverá entregar o o cartão de respostas.

**6.** Verifique agora se a impressão deste caderno está em ordem e se contém as vinte (20) questões que deve conter. **É de responsabilidade do candidato informar ao fiscal de sala os problemas de impressão para que ele providencie a troca de prova, caso contrário, não serão aceitas reclamações posteriores.**

**7. DECLARO TER RECEBIDO O CARTÃO DE RESPOSTAS REFERENTE À INSCRIÇÃO ACIMA.**

\_\_\_\_\_  
**NOME DO FISCAL**

\_\_\_\_\_  
**ASSINATURA DO FISCAL**

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: DIREITO.FOZ DO IGUAÇU. 3ª SÉRIE

1. Do ponto de vista histórico, o denominado conceito de Constituição liberal foi expresso pela	
A.	Carta Magna, de 1215.
B.	Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789.
C.	Constituição mexicana revolucionária, de 1917.
D.	Constituição de <i>Weimar</i> , de 1919.
E.	Lei Fundamental de <i>Bonn</i> , de 1949.

2. No tocante à doutrina do poder constituinte, a forma federativa de Estado é, segundo a Constituição brasileira vigente,	
A.	limitação implícita do poder constituinte originário.
B.	baliza circunstancial do poder constituinte decorrente.
C.	limitação formal do poder constituinte instituído.
D.	baliza formal do poder constituinte de revisão.
E.	limitação material do poder constituinte derivado.

3. O Poder Constituinte Derivado ou Instituído caracteriza-se por ser	
A.	perene, na medida em que o seu titular pode exercê-lo a qualquer tempo.
B.	subordinado aos princípios gerais de Direito vigentes no momento em que este Poder é exercido.
C.	condicionado às regras de forma estabelecidas pelo Poder Constituinte Originário.
D.	inicial, na medida em que cria a ordem jurídica, não sendo criado por ela.
E.	soberano, por tratar-se de Poder absoluto e supremo, criador de normas constitucionais.

4. No exercício da competência legislativa concorrente:	
A.	a União edita normas gerais e específicas.
B.	a União, os Estados e os Municípios legislam em sistema da cooperação.
C.	os Estados poderão editar normas gerais e específicas, caso inexistir lei da União fixando normas gerais.
D.	as normas gerais produzidas pelos Estados prevalecem sobre as normas gerais supervenientes da União.
E.	os Estados deverão produzir normas gerais.

5. A forma federativa do Estado Brasileiro impede a:	
A.	incorporação entre estados membros.
B.	transferência temporária da sede do Governo Federal.
C.	criação de territórios federais.
D.	criação de municípios, sem prévia consulta plebiscitária às populações locais envolvidas.
E.	intervenção federal nos Estados-membros, mesmo que excepcionalmente.

6. NÃO constitui função das arras confirmatórias.	
A.	Assegurar o direito pleno de inadimplir;
B.	O aperfeiçoamento do contrato, que se torna obrigatório;
C.	Garantir o direito de arrepender-se;
D.	Prefixar o montante das perdas e danos a que tem direito a parte inocente pelo inadimplemento do outro contratante.
E.	N.D.A.

7. Extingue-se o mandato pela revogação	
A.	que, entretanto, é vedada se o mandato tiver prazo certo de vigência.
B.	salvo se contiver cláusula de irrevogabilidade, ainda que o mandante se disponha a pagar perdas e danos.
C.	Mas, conferido o mandato com a cláusula "em causa própria", a sua revogação não terá eficácia.
D.	exceto se a procuração revestir a firma de escritura pública.
E.	N.D.A

8. Nas obrigações alternativas, se, por culpa do devedor, não se puder cumprir nenhuma das prestações, não competindo ao credor a escolha, ficará aquele obrigado a pagar o valor:	
A.	de qualquer das duas, mais as perdas e danos que o caso determinar.
B.	da que por último se impossibilitou, não sendo devidas as perdas e danos.
C.	da que se impossibilitou primeiro, mais as perdas e danos que o caso determinar.
D.	da que se impossibilitou primeiro, não sendo devidas as perdas e danos.
E.	da que por último se impossibilitou, mais as perdas e danos que o caso determinar.

9. No que tange à aplicação da lei processual, é CORRETO afirmar.	
A.	Quanto à lei processual civil no tempo, aplica-se o princípio da incidência futura.
B.	Quanto às sentenças proferidas no estrangeiro, a regra é a da total ineficácia em território nacional, salvo se houver homologação pelo STF.
C.	Vige o princípio do isolamento dos atos processuais: a lei nova preserva os já realizados, e aplica-se àqueles que estão por se realizar.
D.	O artigo 5º, XXXV da CF prevê: “a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito.” Disto decorre o princípio do devido processo legal.
E.	De acordo com o art. 3º do CPC, para propor ou contestar uma ação é necessário interesse de agir, que exige o preenchimento do binômio necessidade e adequação.

10. Sobre os princípios informadores da Teoria Geral do Processo, assinale a opção CORRETA.	
A.	Em razão da adoção pelo modelo de processo sincrético, é incorreto afirmar que se aplica o contraditório na execução civil.
B.	Leis novas que suprimam o órgão jurisdicional, ou que alterem a competência em razão da hierarquia ou da matéria são exemplos de exceção à regra da <i>perpetuatio jurisdictionis</i> .
C.	O princípio do juiz natural estabelece que compete ao juiz do processo colher diretamente a prova oral, sem intermediários.
D.	Pela característica da indelegabilidade da jurisdição, as decisões judiciais têm força coativa e obrigam os litigantes.
E.	O critério funcional de competência é identificado quanto ao valor atribuído à causa.

11. Assinale a opção CORRETA.	
A.	Segundo o artigo 87 do CPC a competência é determinada no momento da propositura da demanda.
B.	O critério funcional de competência é identificado quanto ao valor atribuído à causa.
C.	O art. 89 do CPC enumera duas hipóteses de competência exclusiva da justiça brasileira: ações relativas as imóveis situados no Brasil ou se o réu, qualquer seja sua nacionalidade, estiver domiciliado no BR.
D.	Todas as ações reais sobre bens móveis devem ser ajuizadas no foro da coisa.
E.	A citação é um pressuposto processual de validade.

12. De acordo com a Constituição da República, é competente para julgar o Governador do Estado, por crime comum:	
A.	Superior Tribunal de Justiça.
B.	Assembleia Legislativa do Estado.
C.	Supremo Tribunal Federal.
D.	Tribunal de Justiça Estadual.
E.	Tribunal Regional Eleitoral.

13. Nos termos da atual redação da Constituição, são objetivos estabelecidos para a organização da seguridade social, EXCETO:	
A.	seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços.
B.	distinção dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais, conforme suas peculiaridades.
C.	equidade na forma de participação no custeio.
D.	irredutibilidade do valor dos benefícios.
E.	diversidade da base de financiamento.

14. Assinale a alternativa CORRETA.	
A.	No que tange os Direitos e Garantias Fundamentais, o tratado internacional ao incorporar o direito brasileiro tem o mesmo <i>status</i> que a Constituição Federal, desde que aprovado por maioria absoluta do Congresso Nacional.
B.	O princípio da Unidade da Constituição, como princípio interpretativo, prevê que esta deve ser interpretada de forma a se evitarem contradições, antinomias, ou antagonismo entre as normas.
C.	Conforme o texto da Constituição, não haverá prisão civil por dívida, havendo uma exceção escrita, a prisão por inadimplemento inescusável de obrigação alimentícia.
D.	Como consequência da tutela ampla à vida, a pena de morte é vedada expressamente pela Constituição Federal, sem exceções.
E.	A Emenda Constitucional nº26/2000 incluiu, entre os direitos sociais, o direito a moradia. Sendo assim, o bem de família do fiador em contrato de locação não pode ser penhorado, pois fere o direito social à moradia, conforme a jurisprudência majoritária do STF e STJ.

15. O Sistema Nacional de Registro do Comércio é formado pelos seguintes órgãos:	
A.	Junta Comercial e Registro Civil de Pessoa Jurídica.
B.	Registro Civil de Pessoa Jurídica e Departamento Nacional de Registro do Comércio.
C.	SINREM e Departamento Nacional de Registro do Comércio.
D.	Junta Comercial e Departamento Nacional de Registro do Comércio.
E.	Órgão oficial da União ou do Estado, conforme o local da sede do empresário ou da sociedade.

16. Armando e Arnaldo, advogados, resolveram celebrar contrato de sociedade para realizar, por prazo indeterminado, a fabricação regular de peças para automóveis. Considerando essa situação hipotética, assinale a opção CORRETA.	
A.	O instrumento do contrato deverá ser inscrito no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, em razão de os sócios serem advogados.
B.	Sendo ambos os sócios advogados, a sociedade será necessariamente simples.
C.	A sociedade só existirá se o instrumento do contrato for submetido a Registro Civil.
D.	O instrumento do contrato deverá ser inscrito no Registro Público de Empresas Mercantis, por ser empresarial o objeto da atividade.
E.	É facultado a inscrição no Registro Público ou Civil.

17. Quanto ao regime de responsabilidade dos sócios por dívidas da sociedade, de acordo com o Código Civil, assinale a opção INCORRETA.	
A.	Na sociedade limitada, a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor das quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.
B.	Na sociedade em comum, todos os sócios respondem solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais, excluído do benefício de ordem aquele que contratou pela sociedade.
C.	Na sociedade em nome coletivo, todos os sócios respondem solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais.
D.	Na sociedade em comandita simples, os sócios comanditários, pessoas físicas, são responsáveis solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais.
E.	Na sociedade por ações os acionistas respondem com o patrimônio particular pelas obrigações sociais.

18. Considerando os vários tipos de sociedades descritos no Código Civil e com base na teoria geral do direito empresarial, assinale a opção CORRETA.	
A.	A sociedade simples não possui personalidade jurídica, sendo desnecessária a inscrição de seu contrato social no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede.
B.	Na sociedade em comum, todos os sócios respondem limitadamente pelas obrigações da sociedade; assim, todos os sócios podem valer-se do benefício de ordem a que os sócios da sociedade simples fazem jus.
C.	As cooperativas, independentemente do objeto social, são sempre sociedades simples.
D.	A sociedade anônima pode adotar a forma simples, desde que o seu objeto social compreenda atividades tipicamente civis.
E.	A única espécie societária disciplinada no ordenamento jurídico pátrio é a de capital.

19. Com relação às sociedades personificadas e não personificadas, assinale a alternativa INCORRETA.	
A.	A constituição da sociedade em conta de participação independe de qualquer formalidade e pode provar-se por todos os meios de direito.
B.	A sociedade cooperativa é de pessoas e não de capital.
C.	Somente pessoas físicas podem tomar parte na sociedade em nome coletivo, respondendo todos os sócios, solidária e ilimitadamente, pelas obrigações sociais.
D.	Para a formação do capital social da sociedade limitada empresária, é facultada ao sócio a contribuição que consista em prestação de serviços.
E.	Os integrantes das sociedades obrigam-se a contribuir com bens ou serviços.

20. Empresário é	
A.	quem faz da mercancia sua profissão habitual.
B.	a pessoa física ou jurídica que é sócia de uma empresa.
C.	quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou circulação de bens ou de serviços.
D.	quem possui a maioria dos votos nas deliberações dos quotistas ou da assembleia geral dos acionistas e o poder de eleger a maioria dos administradores.
E.	Investe capital para atividade produtiva.